



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

A Descolonialidade do Saber e o Necessário Resgate da Cultura de Equilíbrio dos Povos Indígenas com a Natureza¹

Daniella Karla Souza e SILVA²
Taís Ferreira de Souza CAVALCANTI³

Resumo

Este trabalho apresenta um questionamento sobre o sistema capitalista, haja vista a avassaladora degradação da natureza a partir da visão desenvolvimentista excessiva. A modernidade centra-se na racionalização, fazendo o saber eurocêntrico hegemônico; subalternizou a cultura indígena, a fazer desta um conhecimento marginalizado. A pesquisa apresenta a noção do *Buen Vivir*, ao resgatar o saber indígena e afirma-se no equilíbrio para convivência entre os seres. A metodologia usada consiste em uma abordagem qualitativa, onde tem-se por base uma pesquisa bibliográfica exploratória. O objetivo geral deste trabalho é identificar como se estruturou a colonialidade do saber. E por objetivos específicos identificar os reflexos da desestruturação do saber indígena, compreender com *Buen Vivir* pode ser uma forma de resistência cultural a partir do reconhecimento da Folkcomunicação como caminho.

Palavras-chave: Descolonialidade do saber; *Buen Vivir*; Cultura Indígena; Folkcomunicação.

Introdução

A colonização acarretou males, irreversível em demais aspectos, porém nessa pesquisa vamos analisar em relação à aniquilação do saber indígena ao respeito à natureza; desvinculando da visão desenvolvimentista, a qual é responsável ao extermínio do meio ambiente. Assim, apresenta o *Buen Vivir*, na retomada desse conhecimento, no qual foi desprezado pelo aspecto modernista de um pensamento posto como dominante e privilegiado.

¹ Trabalho apresentado no GT 5 (Cultura, Meio Ambiente e Ancestralidade) do XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação.

² Graduanda do Curso de Direito da Universidade de Pernambuco, *Campus* Arcoverde (UPE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade - GEPT/UPE. E-mail: daniella.karla@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Direito da Universidade de Pernambuco, *Campus* Arcoverde (UPE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade - GEPT/UPE. Integrante do grupo de pesquisa *Incertainae* - UPE. E-mail: taiscavalcanti6@gmail.com



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

A metodologia usada consiste em uma abordagem qualitativa, por se tratar de uma análise no plano teórico sobre o tema, onde se tem por base uma pesquisa bibliográfica exploratória, sendo assim, para a geração será realizada por meio de análise de material teórico já publicado livros, dissertações, artigos entre outros, em razão de se pretender analisar a descolonialidade do saber como uma forma de reparar o equilíbrio da natureza. O objetivo geral do referido texto se destina a identificar como se estruturou a colonialidade do saber. Posto isso, este trabalho teve como objetivos específicos identificar os reflexos da desestruturação do saber indígena, compreender com Bem Viver pode ser uma forma de resistência cultural. Mas deve-se argumentar a necessidade do discurso para a reintegração desse saber ao meio, por vezes usurpado pelo saber eurocêntrico, esta promovida pela linguagem representada pela Folkcomunicação. A Folkcomunicação se constrói pelo resgate da linguagem tradicional, tendo em ênfase a importância das conexões intersubjetivas.

2 Desenvolvimento

2.1 Reflexos da modernidade colonial: a negação do saber dos povos indígenas

A modernidade transcende a materialidade da exploração e domina o mundo com sua face simbólico-discursiva. Desse modo, a necessidade de abordar a cultura, no qual ela vai permear as relações humanas, quando a ideia de um ser pensante, elemento base da modernidade, começa a ser construída, faz-se essencial a criação binária de um “outro não pensante”. Assim, desconsidera a cultura dos povos indígenas e concentra-se na superioridade do homem com a natureza, qual vista apenas para lhe servir. Logo, no capitalismo pode-se apreciar mais amplamente o papel da natureza como uma força geradora de riqueza e de modernidade. A exploração social é inseparável da exploração natural, de sentido distinto, mas de fundamental relevância (CORONIL, 2005).

Um enfoque que privilegia a relação constitutiva entre o capitalismo e o colonialismo nos permite reconhecer os papéis fundamentais que o trabalho e a natureza colonial desempenharam na formação do mundo moderno. Desta perspectiva, o capitalismo aparece como o produto não só da engenhosidade de empresários e inventores europeus, da racionalidade dos Estados metropolitanos, ou do suor do proletariado europeu, mas também da criatividade, do trabalho e da riqueza natural sob o controle dos europeus em seus territórios de ultramar. Em vez de



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

vê-lo como um fenômeno europeu autogerado que se difunde ao resto do mundo - a história comum de seu nascimento dentro das entranhas de uma sociedade feudal, seu crescimento dentro dos limites da Europa, e sua expansão no estrangeiro - a modernidade capitalista aparece como o resultado desde seus primórdios de transações transcontinentais cujo caráter verdadeiramente global só começou com a conquista e colonização das Américas (CORONIL, 2005).

O modelo de acumulação tornou-se incapaz de dar conta do aumento da importância da natureza para a produção capitalista; a lógica desse sistema, além de evidenciar a vigência de uma colonialidade na apropriação da natureza, tendo em vista que os recursos naturais são vistos como vantagem comparativa capaz de garantir a integração à economia global; nota-se a visão de que a natureza é um elemento que deve ser vencido, para mostrar o poder humano. Ela descaracterizou a cultura indígena, classificando como primitiva e excluindo seus conhecimentos; eleva a superioridade do homem com a natureza, provocando o distanciamento entre o homem e a ordem natural, a fragmentação da natureza, a objetivação do mundo (LEFF, 2006, p. 123).

Foi analisado a colonialidade na apropriação da natureza, sua formação surgiu com o mercantilismo, em meio a ideias iluministas, como a do Francis Bacon (séc. XXVII), no qual, concebia a natureza como algo exterior a sociedade humana, pressupondo uma separação entre natureza e sociedade, haja vista a relação entre ambas ser concebida como mecânica. Ou seja, o homem exercia seu domínio sobre a natureza através das artes mecânicas. Assim, esse pensamento foi dominante até os dias de hoje, no qual não estabelecemos a natureza como sujeita de direito. Desse modo, as formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar o meio ambiente, quanto como expressão de processos concretos de expropriação territorial que sustentam a lógica prevalecente da acumulação capitalista e mantém em funcionamento o sistema-mundo colonial moderno, na alienação da padronização capitalista que forja o homem unidimensional, sob pena de nos perdermos de nós mesmos, de nossa autoidentidade. Portanto, refere-se, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios.

De acordo com Quijano (2010), a colonialidade sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo, a padronização como modelo europeu para a humanidade, concebida como uma cultura superior civilizada, de uma religião e de uma razão absoluta. Com o contato aos povos indígenas na América, à medida que a noção espanhola de “pureza de sangue” a distinções entre raças superiores e inferiores, esta superioridade se plasmou em distinções biológicas que foram fundamentais para a autodefinição dos europeus e que continuam presentes nos racismos contemporâneos (CORONIL, 2005). Foi a racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais que legitimou o caráter eurocentrado do padrão de poder. Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado se interrogar constantemente: "Quem sou eu na realidade?". Essa construção/ imposição de um outro não europeu era essencial, pois “a construção do imaginário da ‘civilização’ exigia necessariamente a produção de sua contraparte: o imaginário da ‘barbárie’” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 175). Com o tempo, “o que começou na América foi mundialmente imposto” (QUIJANO, 2010, p. 120). A modernidade colonial nega o direito do colonizado, de um direito coletivo para um individual, visto como direito de propriedade privada, com isso, obtêm uma liberdade radical, a qual goza da mesma sobre a natureza (CLAVERO, 1994). A natureza não pode ser entendida como bem individual, já que afetada decai consequências para todas as populações. Essa visão, na qual o liberalismo desfaz a organização natural, eliminando o que é público.

Descola (1996, p. 14) afirma que “em tais sociedades da natureza, as plantas, os animais e outras entidades pertencem a uma comunidade socioeconômica, submetida às mesmas regras que os humanos”. Desse modo, devemos nos importar mais com objetivos dessa nova forma de pensar contribua para desmontar a dicotomia entre natureza e cultura, que é fundamental para o domínio do conhecimento especializado em considerações epistemológicas e gerenciais. Se levamos a sério as lições da antropologia do conhecimento, aceitar que o ponto de vista comum dos domínios diferentes da natureza



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

e da cultura que podem ser conhecidos e manejados separadamente um do outro, já não é sustentável. Contudo, necessita privilegiar os saberes subalternos da natureza, uma das alternativas é valorizar as manifestações folkcomunicacionais e com elas reconhecer o valor das práticas desenvolvidas por comunidades e povos tradicionais. Trata-se, no objeto ora em análise, de articular políticas ecológicas únicas no qual asseguram as questões de diversidade, diferença e interculturalidade, tendo a natureza como agente central; negando o desenvolvimento, pois nele indica um crescimento do capitalismo, logo prejudica a cultura ambientalista (ESCOBAR, 2005).

A modernidade jamais existiu sem a colonialidade, ou seja, são um e único projeto. Segundo Castro Gómez, “à tentativa fáustica de submeter a vida inteira ao controle absoluto do homem sob a direção segura do conhecimento”. Essa pretensão de controle pode ser notada no dualismo entre o homem e a natureza, em qual esta última passou a ser a inimiga daquele. A natureza passa a ser vista pura e simplesmente como um recurso que deveria ser explorado e controlado (CASTRO GÓMEZ, 2005, p. 170).

Analisar o conexo da colonialidade, a partir dos subalternos, implica diversas dificuldades; pois, não basta tentar corrigir as demasiadas consequências da modernidade/colonialidade, ou seja, não será com a permanência desse sistema qual caminharemos para a solução dos problemas criados pelo próprio aspecto moderno/colonial. De acordo com Mignolo (2004, p. 677), “a modernidade é um projeto que não poderá nunca ser completado, porque a modernidade não pode sê-lo sem a colonialidade”. No mesmo direcionamento, a afirmação de Santos (2011, p. 29) “enfrentamos problemas modernos para os quais não há soluções modernas”. Como já comentado a crítica do Escobar (2005), de modo que, apenas a eliminação do capitalismo para alcançar o resgate da cultura indígena em equilíbrio com a natureza.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta a modernidade como responsável pelo desequilíbrio com a natureza; visto que, a colonialidade nega até os dias atuais o saber indígena. Os aspectos capitalistas dificultam a busca dessa harmonia, acarretando uma insegurança para gerações futuras; dessa forma, convém reconhecer que a mesma está nos destruindo e é uma questão que impõe urgência para o resgate de uma sociedade



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

equitativa nos saberes indígenas, daí a importância do reconhecimento e valorização das práticas de folkcomunicação.

2.2 A desestruturação do saber dos povos indígenas

Segundo José Augusto Pádua (1997), o ambientalismo não nasceu nos Estados Unidos nem na Europa, como se propaga o capitalismo, mas nas periferias, nos países colonizados, onde se praticou a exploração intensa e predatória. Como os europeus não reconheciam a terra dominada como lar dos povos indígenas e se titularam descobridor, em razão da desclassificação dos povos indígenas como sujeito de direito.

O alcance dessa negação, é a “verdade” da inexistência do ser nas terras colonizadas, entende-se o porquê do desprezo desses conhecimentos. Segundo Foucault (2015), o saber é apenas dos discursos vindos de uma classe burguesa a serviço do capitalismo, que aparenta persuadir uma sociedade alienada pelo domínio surgido de uma condição de vida estruturada, a qual lhes davam total respaldo para o exercício de poder, sendo os mecanismos da relação de poder. Esse processo foi acompanhado na aculturação dos indígenas, com o genocídio e extermínio cultural.

Mesmo com o genocídio não eram todos os povos que estavam sendo executados, todavia, todas suas culturas estavam certamente sob o assédio da ordem capitalista mundial. Com isso, logo apenas restou o domínio da cultura da dita “civilização” ocidental. Nesse sentido, predominantemente os saberes estudados são os dos senhores coloniais, a mesma crença na inexorabilidade do progresso; contudo, que tardiamente lamentaremos, pois, essa cultura dominadora está nos destruído.

Essa cultura colonial seria um modo intelectual de controle qual teria como efeito "encarcerar" os povos periféricos em seus espaços de sujeição, separando-os permanentemente da metrópole ocidental progressista. Falando de modo mais geral, a ideia antropológica de cultura, por conspirar para a estabilização da diferença, legitimaria as múltiplas desigualdades, inclusive o racismo, inerentes ao funcionamento do capitalismo ocidental (SAHLINS, 1997).

Outra questão levantada é, a dos conflitos existentes ou possíveis entre políticas de conservação da natureza e direito à diferença cultural de grupos humanos que, como



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

os povos indígenas, muitas vezes dependem diretamente da apropriação e do uso da natureza, não só por sua sobrevivência física, mas também para sua identidade cultural e sua autodeterminação social (LAURIOLA, 2003). À vista disso, seus saberes deveriam nos influenciar; pois, são grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há mais de três gerações em um ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida e suas formas próprias de comunicação, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável. Mesmo que eles tenham contato com a cultura desenvolvimentista os mesmos persistem com sua cultura harmônica com a natureza.

É imprescindível ressaltar, o sentimento de pertencimento da sua terra, torna-se evidente seu zelo com a mesma, no qual é tida como parte da família. A noção de posse, de natureza originária e coletiva, se diferencia do conceito civilista de propriedade privada, ou seja, é discrepante da noção ocidental. No aspecto ambiental não há esforço com o zelo, pois, o cuidado que para nós é dificultado pela cultura capitalista, eles aplicam estavelmente.

Comunidades, se esse tipo de produção cultural garante a visibilidade de seus realizadores e das próprias comunidades, nem sempre repercute internamente na valorização das manifestações culturais, especialmente quando produzidas sem a participação direta dos índios. Para que sejam desenvolvidas e assumidas como “bens próprios” pelas comunidades indígenas, as diferentes etapas de um processo de conscientização e valorização de expressões e práticas culturais são necessariamente mais complexas, lentas e delicadas (GALOIS, 2005).

A opção pelo presente, é o Estado plurinacional, já que, o Estado nacional na América Latina não se formou a partir de um processo de unificação das identidades, mas sim de uma verdadeira exclusão das diferenças, com a dizimação dos subalternos. O conceito de Estado plurinacional, que supera o Estado nacional, derrubando a ideologia de intolerância da diversidade, e suprimindo a noção de sistema capitalista como única forma aceitável de sociedade moderna. Estão na Bolívia e Equador exemplos mais claro desse Estado, na superação da brutalidade do antigo.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

O Estado Plurinacional exige a incorporação dos códigos culturais dos povos e nacionalidades indígenas e impulsionar um processo de transições movido por novas utopias: o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza, a autonomia indígena como uma meta, pois autonomia não é algo que existe pronto, em algum formato genérico e geral: é um objetivo, um plano para o futuro de equilíbrio com a mesma. Colocado dessa forma, podemos pensar em políticas indígenas de consolidação de metas de sustentabilidade (ACOSTA, 2011).

O resgate do saber indígena não só como mais uma forma de viver, mas como o caminho para conviver em equilíbrio com o meio ambiente, devastado pela postura opressora da cultura desenvolvimentista. Logo, esse resgate permite conhecer-se enquanto sujeito do seu meio em uma estrutura onde cada forma de vida é importante para a existência.

2.3 Necessidade da aplicação do estilo de vida do Buen Vivir na sociedade moderna

Na caótica construção da modernidade obcecada pela ideia de um progresso como a única forma de existência possível; a proposta de resgate trazida pelo *Buen Vivir* convida para um resistir para existir. Destarte, o *Buen Vivir* considera a existência de um Estado não apenas como multiétnico, mas também como plurinacional, em um termo mais objetivo, isso representa uma pluralidade de existências contidas nos diversos modelos sociais (ACOSTA, 2011). Essa perspectiva contraria diretamente o sistema progressista tecido na modernidade que subjugou culturas e marginalizou as diferentes propostas de existir, por meio da colonização, dentre tais propostas de existência terminou por camuflar as muitas formas de comunicação próprias das comunidades tradicionais.

A colonização não pode ser compreendida como um evento localizado no tempo, pois sua atuação perdurou geracionalmente denegando a invisibilidade ao modo de viver dos povos tradicionais. Destarte, a mesma deve ser vista como um processo, onde manifesta efeitos transcendentais, seja na degradação do meio ambiente ou na supressão de culturas. Diga-se um processo, por depender de mecanismos para descaracterizar e



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

neutralizar os sujeitos a serem colonizados, um deles é por meio do saber. O saber pode ser arguido como o conjunto de conhecimentos pelos quais se compreende o mundo e permite aos sujeitos se expressar nele, desse modo colonizar as estruturas do saber depende da imposição de uma forma hegemônica de reconhecer o mundo (ROMERO, 2011).

Desse modo, as populações indígenas, que não padeceram pelo genocídio ou por doenças adquiridas pelo contato com o colonizador, foram subalternizadas; obrigadas a incorporar a proposta de mundo do colonizador ou resistir na marginalidade. A resultar segundo Lander (2005, p. 13) a “estes conhecimentos convertem-se, assim, nos padrões a partir dos quais se podem analisar e detectar as carências, os atrasos, os freios e impactos perversos que se dão como produto do primitivo ou o tradicional em todas as outras sociedades”, desta forma os Estados, ou melhor os sujeitos na sociedade importam das culturas eurocêntricas o saber para lidar com um meio ambiente degradado pelo avanço e o estabelecimento da sociedade colonizada. Contudo, esta forma mostra-se esgotada, por considerar um padrão universal para solucionar os problemas ambientais, mas em contraposição fática as soluções encontram variantes caso a caso.

E em resposta a ideia do *Buen Vivir* propõe considerar o caso a caso, isso por intermédio da observação do comportamento dos povos tradicionais e suas formas próprias de comunicação, em aspecto o modo de vida indígena considerado no artigo, ao lidar com um modo de usufruir da terra sem esgotar seus recursos. Como apontado por ACOSTA:

o Bem Viver recolhe o melhor das práticas, das sabedorias, das experiências e dos conhecimentos dos povos e nacionalidades indígenas. O Bem Viver é, então, a essência da filosofia indígena ou nativa, em sentido amplo, pois se aplica a tudo aquilo que é relativo a uma população originária no território em que habita (ACOSTA, 2011, p.76).

Deve-se considerar ao tomar tal reflexão, o *Buen Vivir* como um processo empoderador; pois permite os indivíduos reconhecer sua cultura, tantas vezes dilacerada pelo ideal progressista colonizador e opressor, como um saber existente e possível. É nesse *Buen Vivir* que ganha espaço a folkcomunicação.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

A postura agregadora do Bem Viver pretende resgatar da invisibilidade o saber destes povos. Este não nega a existência de uma forma de viver não indígena, mas pretende uma ideia da coexistência de diferentes formas de se conviver negando a dominação e a subalternização da diversidade cultural existente, além de considerar a necessidade de manter um vínculo para dispor dos recursos naturais de modo equilibrado, ou seja, não retirar do meio além do necessário para se manter um padrão digno da coexistência.

2.4 A folkcomunicação como meio de resgate a cultura deteriorada

Ao percorrer do artigo foi visto a constatação do caos do homem com a natureza com o colonialismo, na desclassificação da cultura indígena. Assim, foi averiguado a relatividade da cultura na maneira de atuação no meio ambiente. Segundo Laraia (2000, p.49), “todo homem age de acordo com seus padrões culturais”. Nisso, o homem adapta-se ao meio, no entanto, o sistema impõe a mudança, não é uma adaptação natural. Assim, a cultura, como processo cumulativo de conhecimento humano, favorece reeditar as experiências das gerações anteriores e adaptá-las aos desejos dos novos indivíduos para novas realizações. Isto corrobora o que afirma Beltrão (1973), quando diz que a cultura não se estratifica, ou seja, não fica calcificada. Evolui e se transforma sempre.

Com isso, a cultura colonial capitalista pode ser reeditada pela linguagem, pelo meio da folkcomunicação, como diz na teoria beltraniana na História Social do Brasil, haja vista ser esta uma proposta comunicacional a valorizar a expressão intersubjetiva da linguagem, ou seja, é na linguagem como tradutora do meio; com isso, seria a primeira etapa para o resgate desse saber. Beltrão destaca-se na Pedagogia da Comunicação, como também, na tentativa de elaborar uma teoria da comunicação a partir da realidade latino-americana. Assim, conclui o autor que diferentemente do que se pensava, que a massa é amorfa e não pensa, aponta que na realidade a opinião pública da grande massa da população manifesta-se com os mecanismos que lhe são acessíveis, dentre eles, o folclore. Ou seja, existe uma resistência de um discurso de culturas além daquelas impostas por mecanismos de poder.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Dado que, o desafio para os folkcomunicadores sempre foi o de tecer uma costura porosa entre estas áreas do saber, a fim de denotar a relação de determinadas mediações culturais e (re)apropriações midiáticas com a reafirmação política de singularidades de grupos situados na margem da sociedade brasileira. Na “comunicação dos marginalizados”, do Beltrão (1980), pode-se notar uma refinada crítica às relações de poder, ideologia e dominação do Brasil, tendo por escopo o empoderamento políticocultural das classes mais abastardas (SILVA, 2016).

Folclore compreende formas interpessoais ou grupais de manifestação cultural protagonizadas pelas classes subalternas e Folkcomunicação caracteriza-se pela utilização de mecanismos artesanais de difusão simbólica para expressar em linguagem mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural (MELO, 2007, pág.21).

Quando Beltrão (1980, p.39) define os grupos marginalizados como “um indivíduo à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e fundiram totalmente”, no contexto do artigo, podemos utilizar a cultura indígena e a eurocêntrica colonial. Visto que, a ocidental domina a outra, a negando como cultura, em razão da padronização. Contudo, há uma resistência desse saber, e por isso a necessidade da folkcomunicação para a manifestação dessa resistência. Em boa parte da produção bibliográfica de Beltrão este sentido de exclusão social está conjunto a um sentimento de contestação à ordem vigente, captando na crítica neomarxista o tom reflexivo necessário para o entendimento das relações entre cultura e as hierarquias sociais.

Considerações Finais

O Estado moderno que sustenta a sociedade capitalista como sistema único fundado na falsa crença de cultura superior, se desfez de todos os saberes que não pertenciam aos detentores de poder. E também, a atestação da visão Iluminista, do homem acima da natureza, encaminhou o desequilíbrio ecológico. Portanto, esse desacordo ambiental só é possível a sua restauração com a desestruturação do sistema desenvolvimentista.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Sob o assédio da ordem capitalista mundial, sistematizou a aculturação, vinculou-se a postura de menosprezar à diferença cultural dos subalternos, especificamente a indígena, trabalhada neste artigo, a qual deveríamos recorrer e aplicá-la, para alcançarmos a harmonia com natureza. Logo, foi entendida a necessidade do Estado plurinacional, no qual aborda políticas indígenas de consolidação de metas de sustentabilidade, para um plano futuro de equilíbrio com a natureza.

Deste modo, o *Buen Vivir* permite o empoderamento dos sujeitos antes subalternizados ao enxergar no seu saber um modelo de coexistir com a natureza a partir do respeito à necessidade de conviver com ela em padrão de equilíbrio. Para este, o resgate da cultura indígena é reconhecer no existir do saber uma forma de resistir ao mundo cada vez mais suprimido pela exploração imposta pelo capital.

Por isso, é de extrema importância a folkcomunicação para estudos na cultura das populações marginalizada, na análise dos costumes dos povos subalternos, pois "mistura a tradição popular, acontecimentos históricos e o contexto massivo. Em função disso, podemos exaltar essas culturas, como a indígena, trabalhada neste artigo, na compreensão da tentativa de aplicabilidade dessa cultura excluída, usando a folkcomunicação como meio de resgate desse saber para um futuro de estabilidade com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Ed. Elefante, 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BENJAMIM, Roberto. **Folkcomunicação: Da proposta de Luiz Beltrão à Contemporaneidade**. In: Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, ano 5, nº 8 e 9, p. 281-287, jan. e dez. 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. México: Grijalbo, 1989.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 169-186. (Coleção Sur Sur).

CLAVERO, Bartolomé. **Derecho Indígena y cultura constitucional en América Latina**. 1ª ed. México D.F: Siglo Veinteuno Editores, 1994.

DESCOLA, Philippe. **Nature and Society. Anthropological Perspectives**. ed: Descola, Philippe and Pálsson, Gísli. (Londres: Routledge). 1996.

DILGER, G; LANG, M; FILHO PEREIRA, J. **Descolonizar o imaginário**. Ed: elefante. São Paulo, 2016.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. (Coleção Sur Sur).

FANON, F. **Os condenados da terra**. Ed: civilização brasileira: rio de janeiro, 1968.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Cultura “indígena” e sustentabilidade: alguns desafios**. *Tellus*, ano 5, n. 8/9, p. 29-36, abr./out. 2005. Campo Grande – MS. Disponível em: < <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/93> > Acesso em: 25 de maio de 2018.

LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. *Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Ed: Colección Sur Sur, 2005.

LAURIOL, Vincenzo. **Ecologia global contra diversidade cultural?** *Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003*.

LARAIA, R. de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 13.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental – a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **O Estado plurinacional na América Latina**. Disponível em: < <http://jusvi.com/artigos/38959/2> > Acesso em: 26 de maio de 2018.

MIGNOLO, Walter. **Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. *Estud. av.* vol.24 no.68 São Paulo, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009 > Acesso em: 24 de maio de 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção**. *Mana*. 3/1 e 3/2, 1997. (partes 1 e 2).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Lawrenberg Advíncula Da. **Folkcomunicação, grupos marginalizados e realidade social brasileira no século XX: Um debate inicial sobre a abrangência política do pensamento de Luiz Beltrão**. *Revista razón y palabra*. v. 20, n.4. p. 208–222. Mato Grosso, 2016.

Disponível em: < <http://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/viewFile/817/pdf> > Acesso em: 30 de maio de 2018.

SÍVERES, Luiz; SANTOS, José Roberto de Souza. **O conhecimento como princípio da colonialidade e da solidariedade**. *Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 18, n. 3, p. 124-137, set./dez. 2013. Disponível em: < http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1928/pdf_176 > Acesso em: 24 de maio de 2018.

ROMERO, Agustín Ávila. **Universidades interculturales y colonialidad del saber**. *Revista Educación y Desarrollo*, n. 16, p. 21-25, 2011. Disponível em: < http://www.cucs.udg.mx/revistas/edu_desarrollo/antiores/16/016_Avila.pdf > Acesso em: 23 de maio de 2018.